



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

TERESA MANDABU

**A EDUCAÇÃO EM GUINÉ BISSAU:
ESCOLAS CORÂNICAS E AS CRIANÇAS TALIBÉS**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

TERESA MANDABU

**A EDUCAÇÃO EM GUINÉ BISSAU:
ESCOLAS CORÂNICAS E AS CRIANÇAS TALIBÉS**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), requisito para obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Carla Verônica Albuquerque Almeida

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	JUSTIFICATIVA	5
3	PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA	6
4	OBJETIVOS	7
4.1	OBJETIVO GERAL	7
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
5	REVISÃO DE LITERATURA	7
5.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO	7
5.2	EDUCAÇÃO EM GUINÉ BISSAU	11
5.3	ESCOLAS CORÂNICAS E A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS TALIBÉS	13
6	METODOLOGIA	16
	REFERÊNCIAS	18

1. INTRODUÇÃO

De maneira geral, podemos entender a educação como uma ação que se concretiza no conjunto das relações que homens e mulheres estabelecem entre si ao longo da história. Cada período histórico pode apresentar distintos aspectos que direcionam a educação; uma vez que seus fins variam, com as épocas e as sociedades. O ato de educar “[...] existe desde os primórdios da história humana, com o surgimento linguagem e das técnicas de produção. As pessoas se educavam e educavam as novas gerações no contato com o fazer cotidiano, com o trabalho” (FARIAS, 2008, p. 22). Desde o princípio da história da humanidade, os indivíduos e grupos se relacionam reciprocamente diante da necessidade de trabalharem com o objetivo de garantir a sobrevivência. Com o desenvolvimento da própria sociedade, essas relações foram se aperfeiçoando, surgindo novas necessidades de difundir e ampliar conhecimentos, novas formas de organizações do trabalho, de pensar e ver o mundo.

Na sociedade educacional guineense, encontramos as crianças Talibés, especificamente os meninos de religião muçulmana com idade entre 05 e 15 anos, os quais frequentam as escolas corânicas e estudam a língua árabe. Além de aprenderem a língua, estas crianças são postas nas ruas para pedirem esmolas, não só para conseguirem o pão de cada dia, mas prioritariamente para satisfazerem as necessidades materiais e financeiras de seus mestres corânicos (HUMAN RIGHTS WATCH, 2010). Os professores das crianças Talibés mandavam as crianças para as ruas de Bissau, Gabu, Bafatá, na Guiné-Bissau, e em Dacar, no Senegal, para mendigarem.

Na sociedade guineense e senegalesa essas crianças são mandadas para as ruas com o objetivo de pedirem esmola e trazerem a quantia do dinheiro estipulada pelo mestre. Esta prática tem uma forte ligação com a cultura muçulmana e é disseminada no país e em outros países vizinhos. É uma prática considerada relevante na religião muçulmana, tendo em conta, os conteúdos religiosos que são ensinados pelos seus aprendizes.

Em Guiné Bissau “a educação de infância sempre se encontrou numa fase incipiente de desenvolvimento. Faltam princípios e fundamentos educativos, orientações curriculares e materiais didáticos” (AVELEIRA, 2006, p.135). Além disso, a realidade dos baixos salários dos docentes interfere na qualidade do ensino, uma vez que, os professores não revelam preocupação com os resultados que os alunos vão alcançar. O que pode influenciar na sua dedicação e comprometimento com as atividades pedagógicas, porque não são reconhecidos pelo Estado. Assim, a maioria dos professores procura trabalhar em muitas escolas, preferencialmente as escolas privadas. Cabe lembrar que a educação é um fator fundamental

para desenvolvimento de um país, como disse o líder de África de Sul Nelson Mandela, “a educação é a chave fundamental para o desenvolvimento do país”.

Neste contexto, o projeto de pesquisa aqui apresentado, está voltado à educação de Guiné Bissau e das escolas corânicas que atendem as crianças Talibés. Assim, busca-se apresentar dentre outros aspectos pertinentes ao projeto, aspectos teóricos que fundamentam a escolha da temática a ser pesquisada.

2. JUSTIFICATIVA

A ideia de escrever um projeto sobre as escolas corânicas e a educação das crianças talibés, surgiu a partir de uma experiência vivenciada por mim durante um período de férias em Gabu, cidade situada ao leste de Guiné-Bissau. Em companhia de um tio, passeávamos pelas ruas em direção à feira, quando nos deparamos com um grupo de crianças que transitava pela rua com uma lata de tomate na mão pedindo esmola. Uma cena que me impactou e me comoveu pois, tratava-se de um grupo de crianças com idade entre quatro a seis anos de idade. Meu tio, por curiosidade, abordou algumas crianças e perguntou por que elas estavam pedindo esmola. De imediato elas responderam que eram enviadas pelos seus mestres para mendigar pelas ruas, obtendo com isto, alguns alimentos e também dinheiro. A quantia de dinheiro a ser trazida para os mestres pelas crianças era estipulada previamente e cada criança deveria retornar obrigatoriamente com o valor determinado; caso contrário, eram penalizadas com castigos e chicotadas.

O meu tio ficou muito chocado vendo a situação e ouvindo atentamente o que as crianças estavam falando, voltou-se para mim e disse que o lugar daquelas crianças não era ali pedindo esmola e que elas não deveriam trabalhar porque ainda precisavam dos cuidados da família, dos pais.

Perguntei se eles iam para a escola e então me disseram que não, pois frequentavam a escola corânica. Uma das crianças falou: *“somos entregues pelos nossos pais aos mestres da escola para aprendermos a ler árabe e recitar ou memorizar os versículos do corão”*. E continuou a falar com certa tristeza: *“Eu queria frequentar a escola do Estado para aprender as ciências humanas. É a coisa que eu mais quero, porque vejo as crianças da minha idade irem para estas escolas enquanto eu fico do lado de fora pela janela, acompanhando todas as atividades que elas fazem”*. Durante o nosso diálogo, salientou que ao assistir alguns instantes das aulas nestas escolas (ainda que escondida, por trás da janela), algumas coisas são

diferentes, como a utilização da palavra professor; já que as crianças Talibés chamam de mestre.

Enquanto ouvia essas crianças falarem sobre as suas histórias como Talibés e o que passam nas escolas Corânicas, não consegui conter as lágrimas que escorriam pelo meu rosto. Tive pena delas, mas infelizmente, não podia fazer nada para ajudá-las. Assim, depois de ouvir estes testemunhos, várias reflexões me passaram pela cabeça e uma inquietação despertou em mim a curiosidade de conhecer mais sobre as crianças Talibés nas escolas corânicas. E nesse sentido, na medida em que o tempo foi passando, e ao deparar-me com outros atos semelhantes, resolvi realizar uma pesquisa sobre este tema.

É importante estudar a formação e a educação das crianças tendo em conta que, ainda na Guiné-Bissau, existe grande discussão sobre o ato de pedir esmolas e muitas pessoas julgam que este ato é atrasado e desumano. Porém, nada é feito para evitar que estas crianças tenham uma educação de qualidade e não sejam exploradas pelos seus mestres. Além disso, são raros os estudos que se propõem a investigar esta temática. O que pode ser possibilitado com o desenvolvimento desta pesquisa, na medida em que não só vai anunciar, mas, sobretudo denunciar uma educação excludente e desumana, atrelada a exploração do trabalho infantil.

3. PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

Na Guiné-Bissau a educação dos Talibés acontece na comunidade dos muçulmanos, na qual os educandos além de aprenderem a ler e a escrever a língua árabe, pedem esmola que é uma rotina diária de todos os estudantes das escolas corânicas. As crianças são entregues pelos próprios pais para serem educadas pelos poderosos líderes religiosos chamados Marabus. Conhecidas como Talibés, vivem em condições degradantes e são obrigadas pelo professor a mendigar nas ruas da cidade de Bissau, angariando recursos para a subsistência do próprio mestre.

O dia dos Talibés começa muito cedo nas escolas corânicas: por volta de 6 horas da manhã elas acordam, fazem uma fogueira e se posicionam em círculo para a leitura do alcorão. Depois da leitura saem com suas latas para pedir dinheiro nas ruas e conseguir algo para comer. Cada Mestre Marabu estipula a quantia diária a ser angariada pelas crianças, as quais não devem retornar sem a quantia, sob pena de serem castigadas e espancada. Por outro lado, vale frisar que a sociedade Guineense julga que este ato de pedir esmola é desumano e

atrasado, é comum encontrar as pessoas a julgar sem procurar entender o sentido e valor que o ato tem para grupo das pessoas que o praticam.

Nesse contexto, uma inquietação central se apresenta e conduz a questão investigativa deste estudo: Quais as implicações da formação educativa das crianças Talibés das escolas corânicas de Guiné Bissau?

4. OBJETIVOS:

4.1 Geral

- ✓ Investigar aspectos da educação na Guiné Bissau, em especial as implicações da formação educativa das crianças Talibés nas escolas corânicas.

4.2 Específicos:

- ✓ Compreender como se desenvolve a educação em Guiné Bissau;
- ✓ Conhecer a educação desenvolvida nas escolas Corânicas;
- ✓ Identificar as implicações da formação educativa das crianças Talibés que pedem esmolas nas ruas.

5. REVISÃO DA LITERATURA

5.1 Considerações sobre Educação

Historicamente, a educação se constituiu como instrumento de diferenciação social, construindo o tipo de homem desejado pela sociedade. Uma forma de construir, transmitir, reproduzir ou inovar os saberes que compõe uma cultura. De forma ampla podemos definir que a educação é o processo de socialização entre as pessoas, o qual envolve aspectos culturais e de comportamento. A educação está presente em todas as nossas ações, nas nossas vivências, enfim, na experiência de cada um.

Na concepção de Brandão (2007, p. 11), a educação ajuda “a pensar tipos de homens, ajuda a criá-los, ao passar uns para os outros o saber que os constitui e legitima-os. Produz o conjunto de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto constroem tipos de sociedade”. As pessoas aprendem através de suas relações e interações com o meio no qual estão inseridas, seja de forma informal ou formal.

De acordo com Calleja (2008, p. 109) “a educação é ação que desenvolvemos sobre as pessoas que formam a sociedade com o fim de capacitá-las de maneira integral, consciente

eficiente e eficaz que lhes permitam formar um valor de conteúdos adquiridos”. Para o autor, a educação é o principal fator para uma sociedade ter uma visão ampla e crítica, uma vez que possibilita a interação, a aquisição de conhecimento e a troca de saberes entre as pessoas. Em um sentido semelhante, Silva (1999), contribui com o pensamento do autor, acrescentando que a educação não se limita apenas a polos educacionais, mas a mesma pode ser encontrada em qualquer âmbito, e mais ainda, deve ser trabalhada em todos os lugares, pois dessa forma, poderá garantir melhor desempenho a um maior número de pessoas.

Já na visão de Libâneo (2008, p. 17), a educação “compreende os processos formativos que ocorrem no meio social, nos quais estão envolvidos de modo necessário e inevitável pelo simples fato de existirem socialmente”. São inúmeras formas de educação e estas são relativas ao tipo de sociedade vigente. Assim, em seu sentido amplo, ao estar presente nos diversos e diferentes âmbitos da sociedade, constitui-se como instrumento fundamental e necessário à vida do indivíduo.

A Constituição de 1988 declara que a educação é direito de todos e dever do estado e da família, e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Uma educação de qualidade, que vise à formação integral do homem, precisa ser assegurada nos espaços escolares e não escolares, garantir a inclusão de todos aqueles que historicamente foram relegados de seus direitos humanos e sociais, em prol de uma educação igualitária e não excludente.

Gadotti (2012), alerta que é preciso ter consciência para que se possa conceber a educação enquanto um instrumento de libertação do autoritarismo, em uma perspectiva emancipadora, que busque despertar os sujeitos para a possibilidade de construção de outra sociedade. Pode-se pensar que muitos são os “terrenos férteis” para que a educação se desenvolva e possibilite a troca e a apreensão de novos saberes. E por ser um conceito amplo, a educação pode ser pensada sob três abordagens: a educação formal, a educação informal e a educação não formal.

A educação formal segundo Gohn (2006, p. 25) é aquela realizada diretamente nos espaços escolares, com conteúdo previamente estabelecido, na qual são os professores que ministram as aulas cujos espaços utilizados são os do território das escolas. Em relação a sua finalidade “destacam-se os relativos ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente

sistematizados, normatizados por leis, dentre os quais se sobressai o de formar o sujeito como um cidadão ativo, capaz de desenvolver habilidades e competências várias, criatividade, etc.”.

Na visão de Biesdorf (2011, p. 3), “a educação formal escolar possui três objetivos básicos: a formação da pessoa humana, o desenvolvimento da ciência e o domínio da técnica, sendo estes três fatores indispensáveis para que o homem consiga se inserir numa sociedade e viver de acordo com as suas regras”. Contudo, esta educação também é vista como espaço de manipulação das classes dominantes, mesmo assim educação formal continua a ser o principal espaço educativo no mundo de forma geral.

Ao falar sobre educação, Libâneo (2010), especifica o ensino como um elemento social e como uma atividade humana indispensável à existência e funcionamento de toda a coletividade. E nesse sentido, ajuda os indivíduos a cumprir os seus encargos a partir dos desafios que a sociedade vai proporcionar. “Do contexto formal, ou escolar, esperam-se ações educativas que olhem para as necessidades pedagógicas e metodológicas dos alunos na escola regular” (GARÉ, 2014, p. 54). Ou seja, o aluno aprende não só os conteúdos, mas constrói conhecimentos que atendam as demandas da contemporaneidade.

Libâneo (2010, p. 26) também contribui com reflexões sobre a educação informal, a qual na sua visão ocorre em diferentes espaços frequentados pelos cidadãos sendo resultado das ações e influências que permeiam a vida dos indivíduos, o ambiente sociocultural. Ou seja, a educação neste sentido “ocorre na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação”, correspondendo então,

[...] a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com o seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas (LIBÂNEO, 2010, p. 31)

Percebe-se que na educação informal os conhecimentos são compartilhados por meio de uma interação dos indivíduos em diferentes espaços e pode estar carregada de valores e cultura própria, de pertencimentos e sentimentos herdados, adquiridos. Tal modelo de educação ocorre fora de um formato curricular, pois ela é um conhecimento que o indivíduo adquire durante toda a sua vida, atreves das experiências cotidianas. Como pode-se observar na afirmação a seguir:

Há muito mais a aprender e desde muito cedo: a língua materna, tarefas domésticas, normas de comportamento, rezar, caçar, pescar, cantar e dançar – sobreviver, enfim. E, para tanto, sempre existiu, também desde muito cedo, uma educação informal, a escola da vida, de mil milênios de existência. (GASPAR, 2002, p. 172).

Pode-se dizer que a educação informal é o resultado das ações da vida do indivíduo que acontece nas experiências do dia a dia, que tem como a finalidade de adaptar os conhecimentos adquiridos que são passados de geração a geração.

Desenvolvida também em espaços não escolares, a educação não formal, amplia espaços de ensino e aprendizagem por meio de recursos pedagógicos complementares que se diferenciam dos ambientes escolares. Para Ghon (2010), contemporaneamente a educação não formal é desenvolvida em diferentes espaços, nas associações comunitárias (bairros), sociedades civis/movimentos sociais, igrejas, sindicatos, partidos políticos, organizações não governamentais (ONGs), espaços culturais entre muitos. A autora acrescenta ainda:

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica, etc. (GOHN, 2010, p.2)

Observa-se que neste modelo de educação as ‘portas se abrem’ para outros conhecimentos e experiências ao possibilitar aprendizagens de maneira diferenciada, de forma organizada e intencional por meio de ações participativas das pessoas. “Desta forma, a educação não formal é aquela que se aprende no ‘mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos” (GOHN, 2010, p. 16). Geralmente trabalha com projetos voltados para a cultura, para os esportes e para a arte, oferecendo outros espaços de aprendizagens.

As partir das concepções apresentadas, compreende-se que a educação nos diferentes contextos em que se apresenta, mobiliza os potenciais das pessoas, seja para se auto transformarem, seja para transformar a sociedade a partir dos seus propósitos e/ou exigências. “A educação é uma prática que pode conduzir à libertação, implicando numa concepção do

ser humano e do mundo” (FREIRE, 2008, p. 12), ao contribuir com possibilidades de humanização e de socialização.

5.2 EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

Antes da chegada dos colonizadores, a educação em Guiné Bissau era baseada na cultura e tradições, transmitidas através das gerações, por pessoas mais velhas. Seus saberes eram passados oralmente por meio da convivência diária, contando histórias voltadas a lição de moral, ensinando as profissões, dentre outras formas. Na tradição africana, principalmente na sociedade tradicional guineense, os mais velhos são conhecidos como os detentores do conhecimento. Assim, por não existir uma educação formal, estas pessoas eram consideradas ‘uma biblioteca com vários conhecimentos’, pois através delas poderiam se ter acesso a muitas informações e conhecimentos.

Nesse sentido, a educação baseada na transmissão de normas e valores da sociedade, caracterizava-se como uma educação comunitária, “contribuindo com a organização e o fortalecimento dos laços de solidariedade entre populações empobrecidas ou discriminadas. [...] as pessoas aprendiam uns com os outros em qualquer lugar que se reúnem” (GADOTTI, 2012, p. 12). Para o autor, a sociedade tradicional africana particularmente em diferentes grupos étnicos existentes em Guiné-Bissau, deu grande importância à educação comunitária e popular por possuírem o caráter formativo para as populações locais. Cá (1999, p.89) ratifica que “antes da chegada dos invasores não existia instituição formal do ensino, as pessoas aprendiam paulatinamente em diferentes lugares”. Através dessa solidariedade as pessoas aprendiam umas com as outras, podendo desta forma, dar uma contribuição à sociedade, sem desvalorizar as regras tradicionais e promover as culturas africanas.

Ao chegarem à Guiné Bissau, os Portugueses tinham como principais objetivos a exploração dos homens e a implantação dos seus costumes e modelos de educação baseados no currículo da colônia portuguesa. Assim, estes saberes e a cultura local passaram a ser inferiorizados e desconsiderados, tornando a educação guineense “[...] seletiva e discriminatória: os nativos guineenses eram tidos como inferiores, indígenas, selvagens” (BARROSO, 2015, p. 3). Para os portugueses toda a história e conhecimento transmitidos pelos velhos não eram válidos porque não estavam escritos no papel. Desta forma, considerava impura e atrasada toda a cultura, chamando os povos locais de bárbaros.

Os portugueses implementaram uma educação que consideraram formal, a qual era limitada a uma pequena parcela da sociedade, especificamente a elite. Ensinavam que a língua e os costumes locais eram impuros, e para as pessoas se tornarem civilizadas, deveriam aprender a língua e a cultura portuguesa, sendo obrigadas a renunciarem a todos os costumes locais e assimilarem os costumes europeus, deixando de lado as suas identidades africanas.

A partir deste ponto de vista, entende-se que os portugueses não ensinavam os africanos a pensarem, a olharem o mundo com uma visão mais extensa e crítica, pois esta educação era uma estratégia de dominar e controlar os povos locais para depois explorarem os recursos locais. Cabe lembrar que os efeitos negativos e excludentes da educação portuguesa eram sentidos pela maioria da população que permanecia analfabeta; o que com o tempo desencadeou movimentos pela libertação do país.

Tais movimentos deram origem ao processo de independência da Guiné Bissau, tornando então o país independente em 24 de setembro 1973. Entretanto trouxe como herança o sistema de ensino colonial, com características muito individualistas, perdurando ainda por muito tempo. Para Semedo (2009), o desafio de implantar uma educação para todos foi uma luta intensa até a expansão das escolas a quase todas as aldeias ou vilas, visando a massificação do ensino.

Anos depois, na tentativa de organizar o sistema de ensino e a política educativa do país, foi criada a Lei de Base do Sistema Educativo Nacional de 21 de maio de 2010, contemplando todas as modalidades educativas, entre as quais a educação formal e educação não formal. E em 2013 foi criado o Relatório da Situação do Sistema Educativo, o qual reafirma que a Constituição da Guiné-Bissau no seu artigo 45 determina “que o Estado é responsável pela condução da política educativa e pela formação dos homens”; garantindo ainda que “a educação é um direito primordial na vida das crianças, determinando que o a educação básico de 6 anos é de forma gratuito para todos. Entretanto, “o fracasso escolar na Guiné-Bissau, ainda se faz presente, especialmente pelo fato dos governantes não colocarem a educação como uma prioridade, e por outro lado, os sucessivos golpes e crise política não colaboraram para um avanço educacional do país” (FURTADO, 2005, p. 3). Percebe-se que mesmo regulamentado legalmente, ainda são verificados na contemporaneidade sérios problemas na educação como: falta de professores com formação adequada, instabilidade no pagamento de salários, além das precárias condições de trabalho.

5.3 ESCOLAS CORÂNICAS E A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS TALIBÉS

Para fins de compreensão sobre como se desenvolve a educação das crianças nas escolas corânicas, faz-se importante conhecer alguns aspectos da religião islâmica, uma vez que as crianças aprendem a ler e escrever por meio dos livros sagrados. Conforme Mubarak (2014, p. 6), a palavra Islã é de origem árabe e seu significado básico é “submissão”. O islamismo é uma religião de caráter universal como outra qualquer, porém o método de aplicação da fé difere das outras. Trata-se de uma religião com princípios próprios, em que os fiéis professam as suas convicções seguindo as regras estabelecidas pelo livro sagrado (o Corão) que orienta esta religião. Alah (Deus) é a principal figura desta religião, sendo que o Maomé, o seu mensageiro. Os cinco principais pilares do Islã são: Fé, Rezar, Caridade, Jejum e Peregrinação; considerados como princípios básicos que todos os fiéis muçulmanos devem cumprir para ter a garantia de entrar na ‘glória do Céu’.

Mubarak (2014, p. 4) lembra que “Instituições missionárias afirmam que, atualmente, o Islamismo é a religião que mais cresce em todo o mundo. Eles já ultrapassam o número de católicos no mundo”. Hoje o maior número dos muçulmanos no mundo se encontra na Arábia, conhecida também por península ibérica localizada no sudoeste de Ásia.

A sociedade muçulmana é uma das mais antigas da história e com ideologias próprias, tendo por base os princípios do Alcorão: o livro mais sagrado na religião muçulmana e representa o centro da vida dos fieis. Todas as orações diárias e recitação são conduzidas na língua árabe através do livro sagrado (Alcorão). Segundo os profetas em Salalah (segunda maior cidade da Ásia), o alcorão representa grande importância na vida dos muçulmanos, e todo o crente que sai em busca do conhecimento, sobretudo da escola Corânica, receberá em recompensa a benção de Alah e terá uma vantagem grande no que aprendeu: uma infinita bondade.

Com a crise no setor da educação em Guiné Bissau desde o final da década de 1970 “os fatores religiosos tem um destaque especial, haja vista a predominância da religião muçulmana, na qual se interpreta o espaço da alfabetização no limiar do saber ‘ler e escrever em Corão’” (FREITAS, 2013, p. 114). Conforme Mubarak (2014, p.13) o termo Corão, também chamado de Alcorão, vem da raiz de um verbo árabe que significa LER ou RECITAR. A palavra significa literalmente “leitura por excelência ou recitação”.

O ensino do Alcorão não estava vinculado diretamente à religião, ainda que fosse transmitido as crianças de 04 a 15 anos de idade. A leitura e a escrita por meio do livro

sagrado são ensinadas nas escolas Corânicas pelos Mestres Marabus (professores). Os estudantes dessas escolas são chamados de Talibés, que numa tradução não oficial significa aluno ou discípulo.

O currículo da escola corânica tradicional foi essencialmente concebido para crianças e jovens, que iniciam a aprendizagem por volta dos quatro ou cinco anos. O ensino é centrado no estudo do Alcorão e nas obrigações religiosas (abluções, jejum e oração), compreende um número muito limitado de disciplinas e enfatiza a memorização e recitação como meio de aprendizagem, sendo quase inexistente a análise e discussão do significado do texto. Depois de terem decorado a maior parte do Alcorão, os estudantes podem avançar para níveis superiores de ensino (PINTO, 2010, p. 02).

O método do Alcorão nas escolas Corânicas teve início no núcleo familiar, quando os filhos eram entregues aos tios, primos e outras pessoas da família para aprenderem a ler e a escrever utilizando o livro sagrado, como praticado nas sociedades islâmicas da África.

Ex-colônia de Portugal, Guiné Bissau é um dos países mais atrasados em relação a educação. Neste cenário, as escolas Corânicas, conhecidas também como escolas dos Talibés, se constituíam como a possibilidade de aprendizagem escolar aos mais pobres. Estas escolas recebem crianças de diversas partes do país, apresentam péssimas condições físicas e geralmente funcionam em uma estrutura improvisada ou abandonada.

Tradicionalmente, uma escola corânica não se localiza em espaço físico definido. De modo geral, se organizam em comunidades denominadas “madrass” (*escolas em árabe*), compostas pelo mestre, os alunos e algumas pessoas da localidade, conforme o aspecto institucional da escola. Essas instituições são consideradas semi-públicas, pois dependem do apoio financeiro dos familiares dos alunos ou da comunidade na qual estejam inseridas. Não há um órgão estatal que supervisione ou eventualmente sancione a prática do ensino corânico na região da Guiné (FREITAS, 2013, p. 115 – grifo nosso).

As escolas corânicas recebem crianças que vem de diferentes partes da Guiné Bissau, e em muitos casos elas são levadas por um parente sem o conhecimento dos pais, o que causa a ruptura da criança com a família.

Quando chega uma criança para se tornar num Talibé, ele é recebido através de um ritual feito de farinha (de arroz), cola e leitura dos versículos. A pessoa que se tornará o mestre desta criança escreve o nome de Deus em árabe na tábua que a criança usará até o último dia da sua vida de Talibé (CÁ, 2017, p. 48).

Desta forma, as crianças ficam aos cuidados dos mestres responsáveis da escola, sem nenhum carinho e proteção. Por iniciativa própria, diante da ausência de pagamento, os mestres obrigam os Talibés a mendigar na rua, a fim de conseguirem dinheiro e alimentos para os mestres, como forma de pagamento pelos ensinamentos da leitura e escrita que recebem.

Em condições desumanas e situação de extrema miséria por falta de alimentação e sem um atendimento médico, os Talibés levantam às 8 horas da manhã para mendigar nas ruas, de acordo com as exigências dos mestres, e ainda são obrigadas a trazer, todo dia uma quantia de dinheiro, arroz e açúcar. Quando não conseguem cumprir com a exigência da quantia de produtos e dinheiro estabelecido pelo mestre, a criança é castigada com castigos e abusos físicos que podem deixar cicatrizes em seu corpo, além de exigirem a memorização do alcorão e de seus versos.

De manhã à noite, as figuras dos rapazes salpicam a paisagem das cidades - a grande maioria com menos de 12 anos de idade e muitos com apenas quatro anos - arrastando-se pelas ruas em pequenos grupos; avançando por entre o trânsito; e esperando à porta de centros comerciais, mercados, bancos e restaurantes. Vestidos com camisolas imundas, rasgadas e excessivamente grandes, e frequentemente descalços, empunham uma pequena taça de plástico ou lata vazia à espera de esmolas. Na rua, estão expostos à doença, ao risco de serem feridos ou mortos em acidentes e ao abuso físico, e por vezes sexual, dos adultos (HUMAN RIGHTS WATCH, 2010, p. 03).

Percebe-se o cenário cruel e desumano no qual vivem e são expostas, as crianças Talibés em troca do aprendizado da leitura e da escrita. Cá (2017, p. 48) chama atenção que “Os mestres (Marabus), também tiveram o mesmo processo de aprendizagem como os Talibés, ou seja, também foram Talibés e mendigavam nas ruas, como forma de ‘agradecimento aos seus mestres’” (CÁ, 2017, p. 48).

Cabe salientar que a religião muçumana não determina esta prática de mendigagem; como pode-se verificar na fala de ABUBACAR¹, ao se referir ao Profeta “[...] *um muçulmano, quando necessita de ajuda pode pedir para seu irmão crente, não deve passar o tempo nas ruas para mendigar. Pedir esmola não está ligado à religião muçulmana, se*

¹ ABUBACAR começou seu estudo árabe na escola Armara Chit desde primária até quinto anos, e a partir de sexto ano até nono ano estudou na escola Abubacar Sidic. Depois voltou a escola Armara Chit onde terminou o 12^a ano. Começou a licenciatura do curso de islâmica e depois de dois anos acabou por desistir por falta da condição financeira.

olharmos os ensinamentos do profeta vamos perceber que não faz o sentido, porque, pedir esmola é visto como um ato vergonhoso”. Para alguns mestres que desobedecem aos princípios religiosos, a escola corânica tornou-se uma empresa de enriquecimento, e as crianças as empregadas dos mestres.

As escolas corânicas não recebem a atenção das autoridades locais, não tem nenhum financiamento do estado para construção de um edifício digno para estas crianças, alguns chefes dos estados olha para estas crianças com uma ignorância, ou seja, as autoridades locais sabem da existências dos Talibés, e todos os anos eles falam que serão adotadas as medidas para colmatar esta praticas abusivos, mas os planos nunca são executados.

6. METODOLOGIA

O caminho metodológico desta pesquisa será de natureza qualitativa com abordagem bibliográfica uma vez que tal abordagem pode ser “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008 p. 50). A pesquisa bibliográfica baseia-se em referências teóricas publicadas com o objetivo de reconhecer informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. Ou seja, obras e textos de autores que já se debruçaram sobre a temática como uma forma de embasar a investigação.

A pesquisa será desenvolvida em Guiné-Bissau especificamente na região de Gabu. A escolha desta comunidade é motivada pela implicação da autora da pesquisa que passou a adolescência nesta região, como por acreditar que não causará dificuldades em termo da realização da pesquisa, e também por ser uma comunidade com forte prática de escola corânica. Os participantes do estudo serão selecionados considerando a heterogeneidade de variáveis como idade e gênero.

Como técnica de coleta de dados, além das referências bibliográficas e da observação, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com pessoas chamadas Talibés na faixa etária de 05 a 15 anos e seus mestres conhecidos como Mestres Corânicos. A observação será realizada nos espaços onde funcionam as escolas Corânicas e em outros ambientes em torno da escola, onde se desenvolvem práticas educativas. Já a entrevista possibilitará a obtenção de “informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social para a coleta de dados” (MARCONI e LAKATOS, 2006, p. 84).

Para tanto, será elaborado um roteiro de perguntas que vai conduzir o entrevistado a responder questões conforme os objetivos da pesquisa. É importante lembrar que a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam a temática investigada.

REFERÊNCIAS

- AVELEIRA, Ana Paula H. **Melhorar a educação de infância na GUINE-BISSAU**. Dissertação (Mestrado em atividade do Desenvolvimento psicológico) - Departamento de Ciências da Educação, Universidade de Aveiro, 2006 - 264 fl.
- BARROSO, Sonia Mari Shima. Fracasso Escolar na Guiné-Bissau: contribuições da educação e da psicologia brasileiras. **37ª Reunião Nacional da ANPEd** – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis.
- BIESSDORF, Rosane Kloh. **O papel da educação formal e informal**: educação na escola e na sociedade, 2011. Disponível em: <Alfa%20dos%20Santos/Downloads/20432-Texto%20do%20artigo-84884-1-10-20120926.pdf>. Acesso em 18 fev.2021.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 28ª ed., 2007.
- CÁ, Natália. **A Família e o Trabalho**: trajetória da educação de crianças Talibés na Guiné-Bissau. Trabalho de Conclusão de Curso. Unilab, São Francisco do Conde-BA, 2017.
- CALLEJA, J. Os professores deste século. Algumas reflexões. **Revista Institucional**. Universidade Tecnológica del Chocó: Investigación, Biodiversidad y Desarrollo, Chocó, v. 27, n. 01, p. 109-117, 2008.
- FARIAS, Maria Isabel Sabino de. Identidade e fazer docente: aprendendo a ser e estar na profissão. In: FARIAS, Maria Sabino de (et. al.). **Didática e Docência**. Aprendendo a profissão. Brasília: Liber Livro, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- FREITAS, Jeane Silva de. Crianças da Guiné-Bissau: entre o tribalismo e a civilização. **Revist. Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 9, n.16, p. 108-134, 2013. Disponível em < <https://revistas.uece.br>>. Acesso em 18/03/2021.
- FURTADO, Alexandre Brito Ribeiro. **Administração e gestão da educação na Guiné-Bissau**: incoerências e discontinuidades. 2005. 719 f. Tese (Doutorado em Educação).
- GADOTTI, Moacir. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos**: pesquisa em extensão universitária, Brasília, v. 18, n. 1, 2012.
- GARÉ, Ruth Maria Rodrigues. Educação formal x educação não formal: diferentes práticas de ensino e a construção de identidades surdas. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco. Itatiba, 2014.
- GASPAR, A educação formal e a educação informal em ciências. In: MASSARANI, Luísa; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fátima. (Orgs.). **Ciência e público**: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002. p. 171-183. Disponível em: https://casadaciencia.ufrj.br/Publicacoes/terraincognita/cienciaepublico/livro_complet Acesso em: 05 nov. 2020.
- GIL, Antonio Carlos. **Metódos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p 27-38, jan./mar. 2006.

GUINÉ-BISSAU. Ministério da Educação. Elementos do diagnóstico do sistema educativo. **RENASSE**: margem de manobra para o desenvolvimento do sistema educativo numa perspectiva de universalização do ensino básico e de redução da pobreza. Relatório/UNESCO-BREDA, Bissau, 2013.

HUMAN RIGHTS WATCH. “**Á custa das crianças**”: mendigagem forçada e outros abusos cometidos contra os Talibés no Senegal. Nova Iorque, 2010. Disponível em: <http://docplayer.com.br/11438214-A-custa-das-criancas-mendigagem-forcada-e-outrosabusos-cometidos-contra-os-talibes-no-senegal.html>>. Acesso em 18/03/2021.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2008.

MUBARAK, Caleb. **Islamismo**: uma introducción. Tradução: Hellen Ramiro de Araújo. 1 ed. Missões Mundiais, Sevilla, 2014.

PINTO, P. **Islã**: Religião e Civilização – uma abordagem antropológica. Aparecida: Editor Santuário, 2010.

SEMEDO C. Odete Maria. **O simples fato de nomear a Educação como um Direito não é garantia, nem de sua oferta nem de sua qualidade**. Bissau: INEP, 2009.

SILVA, Carmem Silva Bissalli da. **Curso de Pedagogia no Brasil**: história e identidade. Campinas, SP: Autores associados, 1999.